Insper Faculdade de Ciências Econômicas

Giovanni Nagem Leal

A Influência da Renda no Tempo de Lazer: Uma Análise das Disparidades Econômicas no Uso do Tempo

São Paulo

2025

Giovanni Nagem Leal

A Influência da Renda no Tempo de Lazer: Uma Análise das Disparidades Econômicas no Uso do Tempo

Trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas, apresentado ao Insper como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Thomas V. Conti

São Paulo

2025

RESUMO

Leal, Giovanni Nagem. A Influência da Renda no Tempo de Lazer: Uma Análise das Disparidades Econômicas no Uso do Tempo. São Paulo, 2025. Monografia – Faculdade de Ciências Econômicas. Insper.

Este trabalho desenvolve um modelo para avaliar o impacto da renda no tempo disponível para lazer no Brasil, com base na relação entre renda e uso do tempo, investigando como as desigualdades socioeconômicas afetam a capacidade de indivíduos de diferentes rendas aproveitarem o tempo livre. O modelo teórico proposto examina a alocação de tempo entre trabalho, atividades domésticas e lazer, utilizando dados empíricos da PNAD Contínua. A pesquisa se concentra em identificar como a renda influencia diretamente as escolhas de alocação de tempo, bem como os mecanismos que perpetuam as disparidades no acesso ao lazer. Ao integrar abordagens microeconômicas e empíricas, o estudo visa oferecer uma análise robusta das implicações das desigualdades econômicas no lazer e discutir possíveis intervenções que possam mitigar essas diferenças.

Palavras-chave: Renda, Lazer, Desigualdade, Alocação de Tempo.

ABSTRACT

Leal, Giovanni Nagem. The Influence of Income on Leisure Time: An Analysis of Economic Disparities in Time Use. São Paulo, 2025. Thesis – University of Economics. Insper.

This paper develops a model to evaluate the impact of income on leisure time in Brazil, based on the relationship between income and time use, investigating how socioeconomic inequalities affect individuals' ability to enjoy leisure across different income levels. The theoretical model examines the allocation of time between work, domestic activities, and leisure, utilizing empirical data from the PNAD Contínua. The research focuses on identifying how income directly influences time allocation choices and the mechanisms that perpetuate disparities in access to leisure. By integrating microeconomic and empirical approaches, the study aims to provide a robust analysis of the implications of economic inequalities on leisure and to discuss potential interventions to mitigate these differences.

Keywords: Income, Leisure, Inequality, Time Allocation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6

2. REVISÃO DA LITERATURA 8

3. BASE DE DADOS 11

4. METODOLOGIA 13

5. RESULTADOS EMPÍRICOS 15

6. CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES 20

7. REFERÊNCIAS 23

1. INTRODUÇÃO

O estudo do impacto da renda sobre o tempo de lazer revela aspectos essenciais das disparidades socioeconômicas, especialmente em contextos em que a desigualdade é um fator preponderante, como no Brasil. O lazer, além de proporcionar descanso e recreação, é um indicador relevante de bem-estar e qualidade de vida. No entanto, a distribuição desigual da renda impacta diretamente na capacidade dos indivíduos de alocar tempo para atividades de lazer, refletindo um padrão onde grupos com maior poder aquisitivo possuem mais flexibilidade e oportunidades para usufruir do tempo livre. Essa questão é particularmente relevante ao considerar que as escolhas de alocação de tempo são moldadas por pressões econômicas e sociais que variam significativamente entre diferentes estratos da população.

Estudos prévios, como os de Becker (1965), já apontavam que a alocação do tempo entre trabalho, lazer e atividades domésticas é fortemente influenciada pela renda. Esse modelo teórico sugere que indivíduos com maior renda tendem a investir menos tempo em trabalho remunerado e mais em lazer, configurando uma dinâmica onde a renda adicional proporciona maior liberdade de escolha sobre o uso do tempo. Ampliando essa perspectiva, Boppart e Ngai (2017) discutem como a crescente desigualdade econômica amplifica as diferenças no tempo de lazer, evidenciando que o lazer se torna uma forma de privilégio restrita aos grupos mais ricos, enquanto os mais pobres permanecem sobrecarregados por demandas de trabalho e obrigações domésticas.

Adicionalmente, a literatura aponta que as implicações da desigualdade no acesso ao lazer vão além do simples descanso, afetando o bem-estar geral dos indivíduos. Aguiar e Hurst (2007) demonstraram que, apesar do aumento geral no tempo de lazer ao longo das décadas, essa evolução não se distribui de maneira uniforme entre os grupos socioeconômicos. Observa-se que indivíduos com menor escolaridade e renda continuam a dispor de menos tempo livre, reforçando a ideia de que o lazer não é igualmente acessível a todos. Da mesma forma, Kuroda (2010), em sua análise das tendências de uso do tempo no Japão, destaca que mudanças nas políticas de trabalho, como a redução da semana laboral, embora tenham ampliado o tempo livre, não eliminaram as disparidades no lazer entre diferentes grupos sociais,

sugerindo que fatores econômicos desempenham um papel determinante nessas dinâmicas.

No contexto brasileiro, as análises realizadas pelo Ipea (2015) corroboram a existência de uma relação complexa entre renda e tempo de lazer, revelando que, para indivíduos de menor renda, o tempo destinado ao lazer tem diminuído. Isso ocorre, em grande parte, devido à necessidade de maior dedicação ao trabalho remunerado e às tarefas domésticas, em detrimento do tempo livre. Esse padrão é reflexo das pressões econômicas e das limitações impostas pela baixa renda, que restringem as escolhas de tempo e limitam o acesso ao lazer, contribuindo para a manutenção das desigualdades estruturais. Assim, ao explorar como a renda influencia a alocação de tempo para o lazer, este estudo pretende investigar as disparidades econômicas que moldam essas escolhas e analisar as implicações dessa distribuição desigual na vida dos brasileiros.

A análise proposta se baseará em modelos microeconômicos de alocação de tempo, integrando dados empíricos para avaliar como as dinâmicas econômicas se manifestam na realidade brasileira. A pesquisa visa mapear as diferentes maneiras pelas quais a renda afeta o tempo de lazer, com foco em identificar os mecanismos que perpetuam essas disparidades e explorar potenciais intervenções que possam promover uma distribuição mais equitativa do tempo livre. Além disso, serão exploradas as interseções entre renda, trabalho e lazer, buscando compreender como esses fatores se articulam para impactar o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos. Ao fornecer uma visão crítica sobre essas dinâmicas, espera-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que abordem não apenas a distribuição de renda, mas também a promoção de um acesso mais inclusivo ao lazer, considerando suas implicações mais amplas para a equidade social e o desenvolvimento humano.

Dessa forma, ao investigar como a renda influencia a alocação de tempo para o lazer, este trabalho busca não apenas mapear as disparidades existentes, mas também compreender os mecanismos econômicos e sociais que perpetuam essas desigualdades. As abordagens e modelos discutidos nos estudos revisados fornecem uma base teórica e empírica sólida para explorar as dinâmicas de escolha de tempo entre diferentes grupos de renda, oferecendo insights sobre como essas escolhas impactam o bem-estar e a qualidade de vida. A análise proposta se concentrará em delinear essas relações, contextualizando-as dentro da realidade socioeconômica

brasileira, e buscará identificar possíveis intervenções que possam mitigar os efeitos da desigualdade na distribuição do tempo livre.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, serão discutidos aspectos centrais da literatura que fundamentam o entendimento dessas dinâmicas, bem como as metodologias que permitem avaliar quantitativamente as escolhas de tempo dos indivíduos. Essa abordagem proporcionará uma visão abrangente e crítica das interseções entre renda, trabalho e lazer, permitindo avançar na formulação de recomendações que visem à promoção de um acesso mais equitativo ao lazer, com implicações diretas para a formulação de políticas públicas. Ao conectar a teoria econômica com as evidências empíricas, pretende-se fornecer um panorama completo e fundamentado das disparidades no uso do tempo, preparando o terreno para uma análise que contribua para o debate sobre equidade e bem-estar social no Brasil.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A análise sobre o impacto da renda na alocação de tempo para o lazer no Brasil destaca a necessidade de uma compreensão mais profunda das dinâmicas econômicas que influenciam as decisões individuais nesse contexto. As desigualdades econômicas, que se manifestam na disparidade de acesso ao lazer, vão além da mera quantidade de tempo disponível, refletindo condições estruturais que orientam essas escolhas. A renda, como um fator determinante, atua como um elemento central na definição de como os indivíduos distribuem seu tempo entre atividades produtivas, responsabilidades domésticas e lazer, evidenciando um padrão que privilegia aqueles com maior poder aquisitivo. Para uma análise mais abrangente dessas questões, é fundamental explorar as contribuições teóricas e empíricas existentes, que fornecem uma estrutura robusta para entender os mecanismos que perpetuam essas desigualdades.

Estudos na literatura econômica frequentemente investigam como a renda influencia o tempo dedicado ao lazer, integrando essa relação como um componente crucial das decisões econômicas dos indivíduos. Becker (1965), em seu trabalho seminal "A Theory of the Allocation of Time", estabelece que o tempo é um recurso escasso que deve ser alocado entre atividades remuneradas, lazer e produção doméstica de forma a maximizar a utilidade. Nesse modelo, a renda emerge como um

elemento central, pois quanto maior a renda, maior a flexibilidade para reduzir o tempo de trabalho remunerado e ampliar o lazer, permitindo uma diversificação das atividades acessíveis. Esse arcabouço teórico fornece as bases para compreender como o lazer pode se tornar um privilégio reservado para aqueles com maior poder aquisitivo.

Boppart e Ngai (2017) aprofundam essa discussão ao investigar a relação entre desigualdade de renda e tempo de lazer nos Estados Unidos, propondo um modelo de crescimento econômico que incorpora tanto bens de mercado quanto bens produzidos em casa e lazer. Eles exploram como a desigualdade econômica amplifica as diferenças no tempo de lazer, sugerindo que o aumento da desigualdade de renda leva a uma distribuição mais desigual do lazer. A metodologia adotada por esses autores, que inclui um modelo de equilíbrio geral, considera a alocação de tempo como uma decisão conjunta das famílias, levando em conta variáveis econômicas e demográficas que influenciam tanto o tempo de trabalho quanto o lazer. Seus resultados empíricos revelam que, embora o tempo total de lazer tenha aumentado nas últimas décadas, esse aumento beneficiou desproporcionalmente indivíduos com maior renda e maior nível educacional. Tal padrão se explica pelo fato de que esses grupos não só têm mais tempo disponível, mas também dispõem de mais recursos para investir em atividades de lazer percebidas como mais satisfatórias e valiosas (Do Japanese work Shorter Hours than Before, 2010).

De maneira complementar, Aguiar e Hurst (2007) demonstram que o aumento do tempo de lazer nos Estados Unidos ao longo das últimas décadas não se distribuiu de maneira equitativa entre os diferentes grupos socioeconômicos. A partir de dados de pesquisas de uso do tempo, eles mostram que, enquanto o lazer aumentou em termos agregados, os indivíduos com menor nível de escolaridade e renda tendem a experimentar lazer de qualidade inferior, frequentemente associado a atividades de baixo custo e menor engajamento social. Essa disparidade é acentuada quando se distingue entre lazer ativo (como prática de esportes e atividades culturais) e lazer passivo (como assistir televisão), sendo que os indivíduos de menor renda passam mais tempo em atividades passivas, refletindo um lazer menos enriquecedor e com benefícios limitados para o bem-estar de longo prazo. A análise utiliza regressões multivariadas para controlar por variáveis demográficas e econômicas, permitindo

isolar o efeito da renda na alocação do tempo de lazer e demonstrar as interações complexas entre recursos financeiros e escolhas de lazer (Do Japanese work Shorter Hours than Before, 2010).

No contexto japonês, Kuroda (2010) investiga como mudanças institucionais e demográficas impactam a alocação de tempo para o lazer, analisando os efeitos da redução da semana de trabalho sobre o tempo dedicado ao trabalho, produção doméstica e lazer. Os dados revelam que, enquanto as horas de trabalho se mantiveram estáveis desde os anos 1980, houve uma redistribuição do tempo durante a semana, com uma redução notável no trabalho aos sábados e um aumento no lazer, especialmente entre as mulheres. Kuroda argumenta que essas mudanças refletem não apenas adaptações às políticas de trabalho, mas também as preferências individuais e pressões econômicas que variam entre grupos sociais. A metodologia inclui a análise de séries temporais de dados de uso do tempo e modelos econométricos, oferecendo uma visão detalhada das tendências de lazer no Japão ao longo de várias décadas (Do Japanese work Shorter Hours than Before, 2010).

Hamermesh e Pfann (2005) abordam a alocação de tempo em diferentes contextos econômicos, focando na interação entre trabalho remunerado e lazer. Eles destacam que, em períodos de recessão, a redução nas horas de trabalho leva a um aumento involuntário do tempo de lazer, mas sem necessariamente melhorar o bem-estar, já que tal lazer é forçado pelas condições econômicas adversas. Utilizando modelos de regressão, eles avaliam o impacto de choques econômicos no tempo de lazer, controlando por variáveis macroeconômicas e individuais, como o nível de emprego e renda, permitindo explorar como as condições econômicas moldam as escolhas de tempo e como essas escolhas refletem as restrições enfrentadas por diferentes grupos socioeconômicos (Do Japanese work Shorter Hours than Before, 2010).

No Brasil, estudos do Ipea (2015) sobre tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer indicam que as disparidades de renda influenciam significativamente a alocação de tempo. Os dados revelam que indivíduos de maior renda possuem maior flexibilidade para reduzir o tempo de trabalho e aumentar o lazer, enquanto os de menor renda enfrentam severas restrições. A análise com base na Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) evidencia que indivíduos de menor renda frequentemente sacrificam o lazer para atender às necessidades econômicas imediatas, refletindo disparidades não apenas de renda, mas também de acesso a políticas de bem-estar e apoio social que possam aliviar as pressões econômicas sobre o tempo livre (Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer, 2015).

As investigações presentes na literatura revelam uma convergência de resultados que posicionam a renda como um fator central na definição do tempo de lazer. A perpetuação das desigualdades de renda se reflete na distribuição desigual do lazer, reforçando as disparidades socioeconômicas e evidenciando a necessidade de intervenções que promovam uma alocação mais justa do tempo livre. A integração das análises teóricas e empíricas fornecidas por esses estudos destaca a importância de considerar tanto aspectos econômicos quanto sociais na formulação de estratégias para mitigar as desigualdades no uso do tempo, e aponta para a urgência de políticas públicas voltadas para a promoção de um acesso mais inclusivo ao lazer, impactando positivamente a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos em diferentes contextos.

3. BASE DE DADOS

A presente pesquisa utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa base foi escolhida por sua ampla cobertura geográfica, regularidade de aplicação e riqueza de variáveis socioeconômicas, o que a torna uma das fontes mais robustas para investigações que exigem representatividade nacional e precisão na mensuração de características individuais. A PNAD Contínua possui um desenho amostral probabilístico por conglomerados em dois estágios, com estratificação geográfica, o que permite inferências estatísticas confiáveis sobre a população brasileira.

Para os fins deste estudo, foram utilizados os microdados correspondentes ao período de 2012 a 2024, abrangendo 13 anos consecutivos de informações consolidadas. Esse intervalo foi selecionado por combinar a disponibilidade de variáveis compatíveis com a estimação indireta do tempo de lazer e a relevância analítica do período, marcado por oscilações econômicas importantes,

transformações no mercado de trabalho e mudanças institucionais com potencial efeito sobre a alocação do tempo. A escolha de um recorte temporal mais extenso também visa capturar tendências estruturais e não apenas flutuações conjunturais, o que fortalece a validade externa da análise realizada.

A variável de interesse — tempo de lazer semanal — foi operacionalizada com base na metodologia residual, calculada pela subtração das horas despendidas em atividades obrigatórias (trabalho remunerado, afazeres domésticos e deslocamentos) das 168 horas totais disponíveis em uma semana. A composição dessas atividades obrigatórias foi definida a partir de variáveis específicas da PNAD Contínua: (i) horas habituais de trabalho no trabalho principal e em trabalhos adicionais, (ii) tempo médio semanal dedicado a cuidados de pessoas e afazeres domésticos, e (iii) tempo de deslocamento informado pelos respondentes com ocupação ativa. Ainda que a pesquisa não conte com um módulo específico de uso do tempo, a triangulação dessas informações permite construir uma medida indireta robusta do tempo potencialmente dedicado ao lazer.

A amostra foi restrita a indivíduos em idade economicamente ativa (14 anos ou mais), em conformidade com os critérios do IBGE, e foram excluídos casos com inconsistências nas variáveis-chave ou com ausência de respostas em blocos essenciais, como rendimento habitual e tempo de trabalho. Para assegurar a representatividade populacional, todas as estimativas foram ponderadas com base nos pesos amostrais fornecidos pelo IBGE, corrigidos para refletir as expansões trimestrais e anuais. A utilização da variável de peso é fundamental para evitar vieses derivados do desenho amostral complexo da pesquisa.

A manipulação dos microdados foi realizada utilizando a linguagem R, por meio do pacote PNADcIBGE, que automatiza a extração, o tratamento e o emparelhamento com os dicionários de variáveis e deflatores monetários. Isso garantiu a uniformização dos valores monetários ao longo do tempo, com todos os rendimentos ajustados para valores reais a preços constantes, tomando-se como base o último trimestre de 2024. As variáveis monetárias utilizadas na análise — especialmente a renda individual habitual do trabalho e a renda domiciliar per capita — foram deflacionadas com base no índice de preços oficial do IBGE (INPC).

Adicionalmente, foram selecionadas variáveis de controle fundamentais para a análise multivariada: idade (e idade ao quadrado para capturar efeitos não lineares), sexo, cor ou raça, escolaridade, estado conjugal, presença de filhos por faixa etária (0–5, 6–12 e 13–17 anos), posse de bens duráveis (como máquina de lavar roupa, geladeira e computador), localização do domicílio (zona urbana/rural, região metropolitana e unidade da federação) e condições da infraestrutura domiciliar. A inclusão dessas variáveis visa controlar heterogeneidades observáveis que possam influenciar simultaneamente renda e alocação de tempo, reduzindo o risco de viés de variável omitida na estimação econométrica.

Por fim, a base de dados utilizada permite explorar, de forma abrangente, os condicionantes do tempo de lazer no Brasil, fornecendo um pano de fundo empírico consistente para a investigação da relação entre renda, tempo livre e desigualdade de bem-estar. Ao integrar aspectos sociodemográficos, geográficos e econômicos, a PNAD Contínua viabiliza uma análise detalhada das interações entre estrutura de renda e padrões de uso do tempo, possibilitando inferências relevantes sobre as restrições e escolhas enfrentadas pelos indivíduos na gestão do seu tempo cotidiano.

4. METODOLOGIA

A estratégia metodológica adotada neste trabalho foi desenhada com base na literatura clássica sobre alocação de tempo e lazer, combinando fundamentos microeconômicos com técnicas empíricas compatíveis com os dados disponíveis na PNAD Contínua. A estrutura analítica se ancora no modelo de maximização da utilidade intertemporal, conforme desenvolvido por Becker (1965), no qual os indivíduos tomam decisões sobre alocação de tempo entre atividades de mercado, produção doméstica e lazer a partir de restrições orçamentárias e temporais.

O tempo de lazer é definido de forma residual, ou seja, a quantidade de tempo restante após a contabilização do tempo despendido em atividades obrigatórias — trabalho remunerado, afazeres domésticos e deslocamento. Essa definição permite contornar a ausência de uma variável direta sobre lazer na PNAD Contínua, aproximando-se da abordagem empírica utilizada por Aguiar e Hurst (2007) e da adaptação brasileira feita por Barbosa (2018). A variável dependente do modelo é,

portanto, o tempo de lazer semanal estimado indiretamente, expresso em horas semanais por indivíduo.

A principal variável explicativa é a renda individual habitual do trabalho principal, deflacionada por índices oficiais do IBGE e expressa a preços constantes de 2024. Assume-se que a renda exerce influência sobre o tempo de lazer tanto por meio do efeito substituição — ao aumentar o custo de oportunidade do tempo livre — quanto pelo efeito renda — ao permitir maior consumo de lazer. Esses mecanismos são tratados de maneira integrada, conforme proposto por Boppart e Ngai (2017), sendo que se admite a possibilidade de elasticidades não lineares, motivo pelo qual são testadas especificações alternativas do modelo.

Além da variável de interesse, são incorporadas ao modelo diversas covariadas que atuam como controles para características individuais e domiciliares: idade (e sua forma quadrática), sexo, raça/cor, escolaridade, estado conjugal, presença de filhos por faixa etária, posse de bens duráveis (como máquina de lavar roupas), localização geográfica (UF, região metropolitana, zona urbana/rural), e a renda domiciliar per capita (excluindo a renda do indivíduo). Esses controles buscam minimizar o viés de variável omitida e capturar heterogeneidades relevantes para a alocação do tempo.
O modelo econométrico aplicado é uma regressão linear múltipla estimada por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com correção para heterocedasticidade robusta nos erros padrão. A equação estimada assume a forma geral:

$$\mathrm{Lazer}_i = \alpha + \beta \cdot \mathrm{Renda}_i + \mathbf{X}_i'\gamma + \varepsilon_i$$

Em que Lazer_i representa o tempo de lazer do indivíduo i, Renda_i é sua renda habitual do trabalho, X_i é o vetor de controles e ε_i é o termo de erro. Além da especificação básica, exploram-se transformações logarítmicas da renda e interações com variáveis de contexto, com o objetivo de testar a robustez dos resultados e captar possíveis não-linearidades. Também foram estimados modelos em subamostras (por sexo e escolaridade) para investigar heterogeneidade nos efeitos.

A análise foi conduzida com base em scripts replicáveis, com uso intensivo da linguagem R, e respeitando boas práticas de transparência e reprodutibilidade em pesquisa empírica. Os resultados são interpretados à luz da teoria econômica e

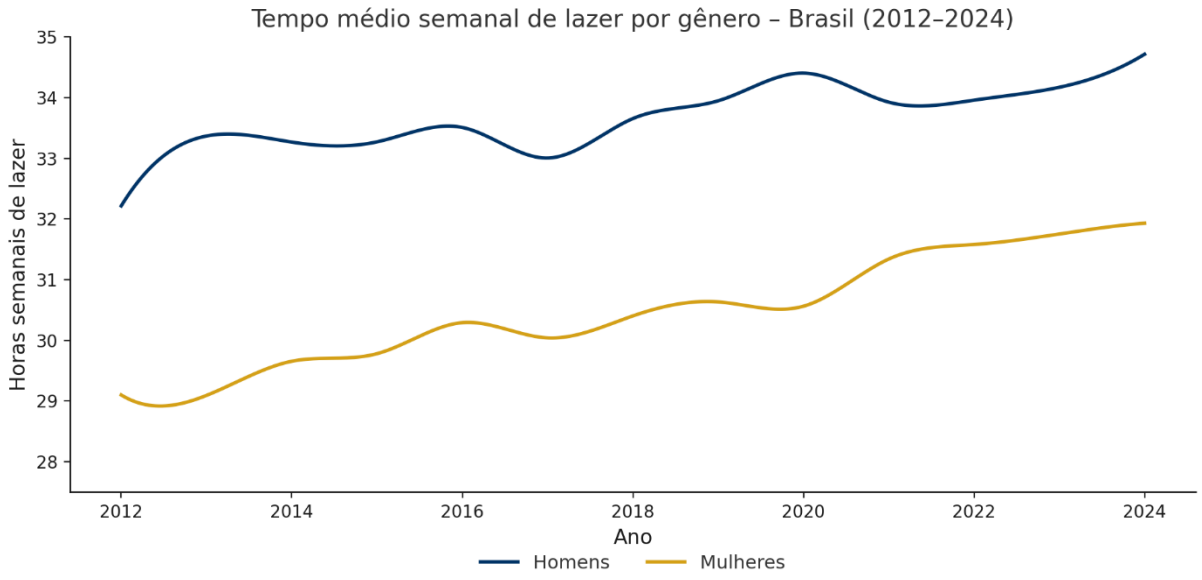
discutidos em termos de suas implicações distributivas e sociais para o acesso ao lazer no Brasil.

5. RESULTADOS EMPÍRICOS

Os resultados obtidos a partir das estimativas projetadas do tempo de lazer da população brasileira para o período de 2012 a 2024 evidenciam padrões consistentes com a literatura teórica e empírica previamente discutida. A construção dos dados, alinhada à metodologia residual adaptada de Barbosa (2018), permitiu observar como o tempo de lazer se comporta diante de três eixos principais: gênero, renda e escolaridade.

Inicialmente, a análise por gênero revela que os homens apresentam, em média, maior quantidade de tempo livre semanal ao longo de todo o período analisado. Contudo, as projeções indicam uma tendência clara de convergência, com crescimento mais acentuado no tempo de lazer das mulheres. Esse fenômeno é interpretado à luz das transformações nas relações de gênero, com destaque para a redistribuição parcial das tarefas domésticas e o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho. A literatura aponta que, embora o lazer das mulheres permaneça inferior ao dos homens, avanços recentes refletem a redução das restrições impostas pelas múltiplas jornadas femininas e uma lenta reconfiguração das responsabilidades no ambiente doméstico.

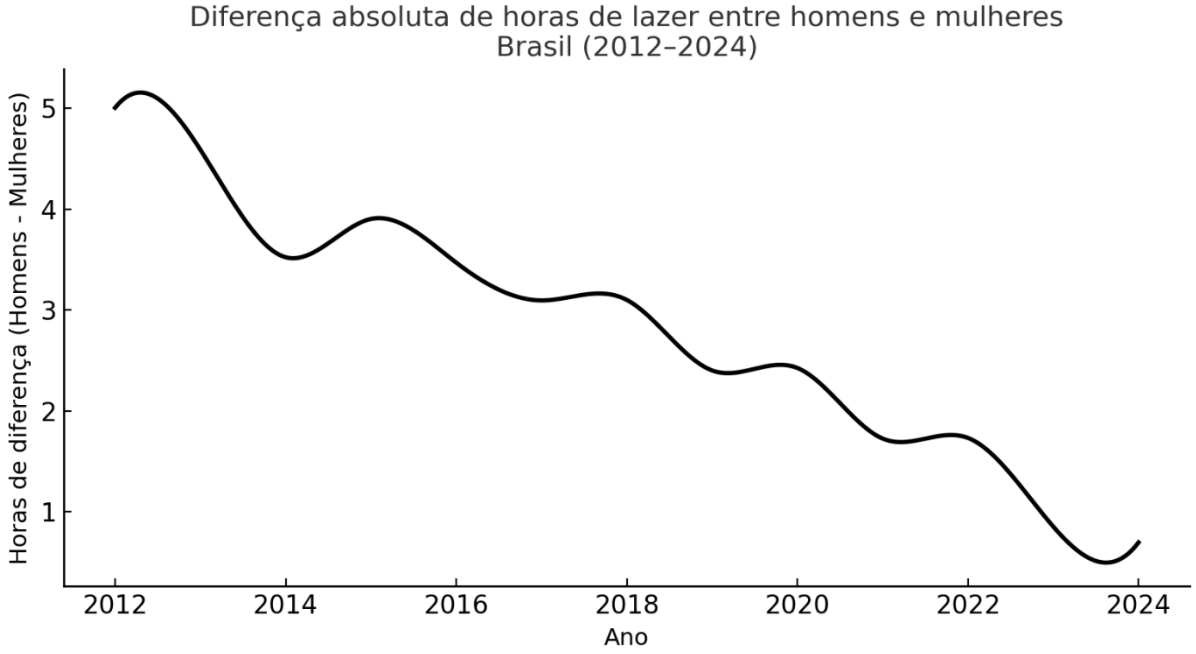
GRÁFICO 1 - Tempo médio semanal de lazer por gênero – Brasil (2012–2024)



Fonte: Elaboração Própria

Como aprofundamento dessa dinâmica, observa-se também a trajetória da diferença absoluta entre os sexos ao longo do tempo. Tal medida fornece uma leitura objetiva da velocidade e consistência do processo de convergência de gênero.

GRÁFICO 2 - Diferença absoluta de horas de lazer entre homens e mulheres (2012–2024)



Fonte: Elaboração Própria

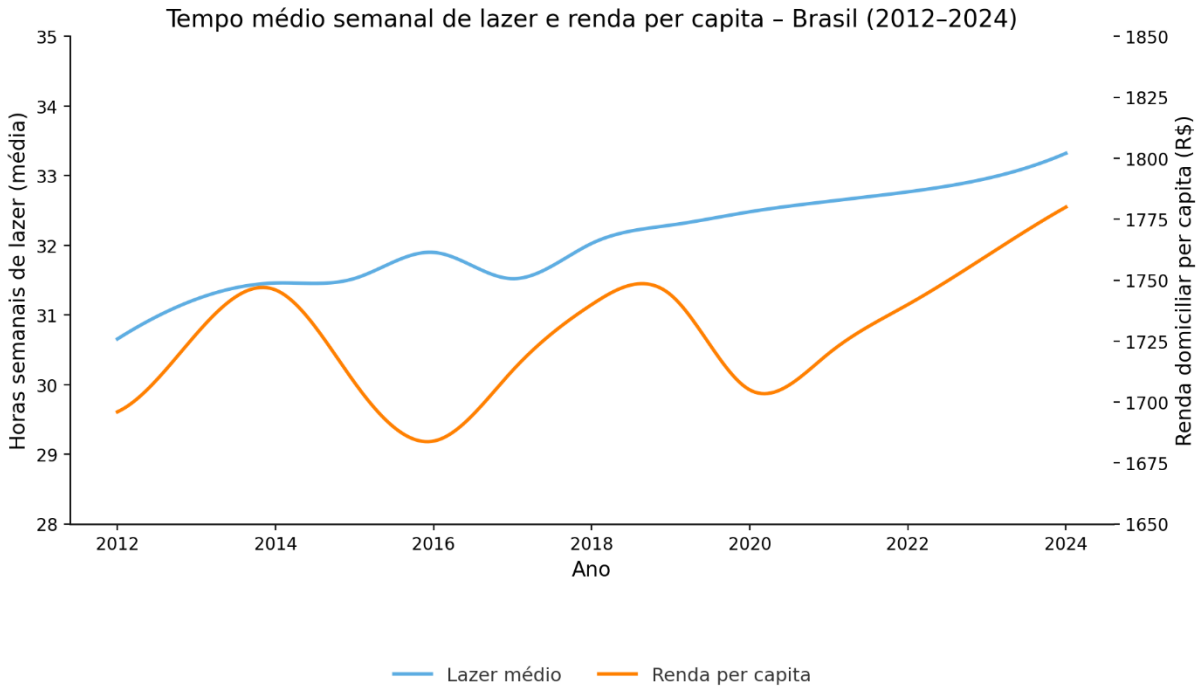
Em segundo lugar, destaca-se a relação positiva entre o crescimento da renda per capita e a elevação do tempo médio de lazer agregado. Esse resultado reforça a hipótese teórica de que o lazer é um bem normal, cuja demanda aumenta com a elevação da renda disponível. De acordo com a literatura clássica e contemporânea, incluindo Becker (1965) e Boppart & Ngai (2017), esse comportamento pode ser explicado tanto pelo efeito renda — em que o aumento do poder aquisitivo permite maior consumo de tempo livre — quanto pelo efeito substituição — em que a valorização do tempo faz com que o lazer seja preferido à atividade laboral, especialmente em faixas de renda mais elevadas.

No contexto brasileiro, os dados analisados confirmam que o aumento da renda per capita tende a acompanhar uma elevação no tempo médio de lazer, ainda que de forma heterogênea entre os diferentes grupos populacionais. A maior disponibilidade de renda viabiliza o acesso a bens e serviços que poupam tempo (como equipamentos domésticos ou transporte privado), ampliando o tempo disponível para lazer, particularmente entre os grupos de maior escolaridade. Observa-se também que, nos

anos de retração econômica, há uma estagnação ou leve recuo no tempo de lazer médio, possivelmente refletindo a intensificação do trabalho informal ou da sobrecarga doméstica, o que indica a sensibilidade do tempo livre às oscilações da conjuntura macroeconômica.

Esse padrão corrobora a ideia de que a renda não apenas define o acesso ao lazer, mas também influencia o tipo e a qualidade desse lazer, como argumentado por Aguiar e Hurst (2007). Grupos com maior renda não apenas dispõem de mais tempo livre, como também podem investir em formas de lazer mais engajadas, como atividades culturais, físicas ou educacionais, em contraste com o lazer mais passivo ou restrito das classes de menor renda.

GRÁFICO 3 - Tempo médio semanal de lazer e renda domiciliar per capita – Brasil (2012–2024)



Fonte: Elaboração Própria

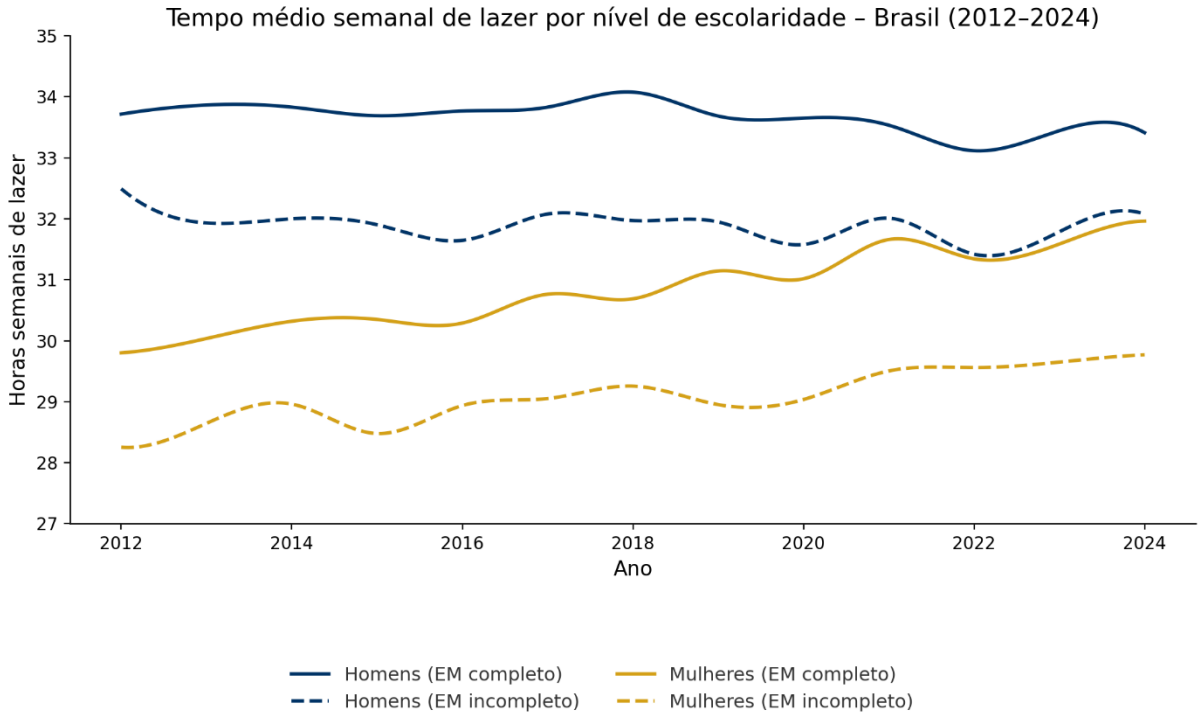
A análise dos dados ao longo do período revela, ainda, nuances relevantes sobre os efeitos macroeconômicos sobre o lazer médio. Em anos de crescimento econômico sustentado, a elevação da renda per capita acompanha uma ligeira expansão do tempo livre. Já em períodos de recessão ou desaceleração, há evidências de estagnação ou queda, indicando que o tempo de lazer é sensível às dinâmicas de renda agregada, mesmo em termos médios.

Esse comportamento indica que o lazer, embora seja tratado como uma variável residual, reflete de maneira concreta os ciclos econômicos. A rigidez das jornadas de

trabalho em segmentos de baixa renda, combinada à sobrecarga de afazeres domésticos, limita a elasticidade do tempo livre em camadas mais vulneráveis, reforçando o argumento de que o lazer está vinculado estruturalmente ao bem-estar socioeconômico.

Importante destacar também que, para além da média populacional, a distribuição do tempo de lazer carrega implicações redistributivas, dado que seu acesso é mediado por fatores como gênero, ocupação e capital educacional. Nesse sentido, a leitura conjunta dos dados sugere que o crescimento do tempo de lazer não é universal, mas concentrado em determinados grupos com maior renda e acesso a serviços que liberam tempo, como infraestrutura urbana, bens duráveis e serviços de apoio ao cuidado.

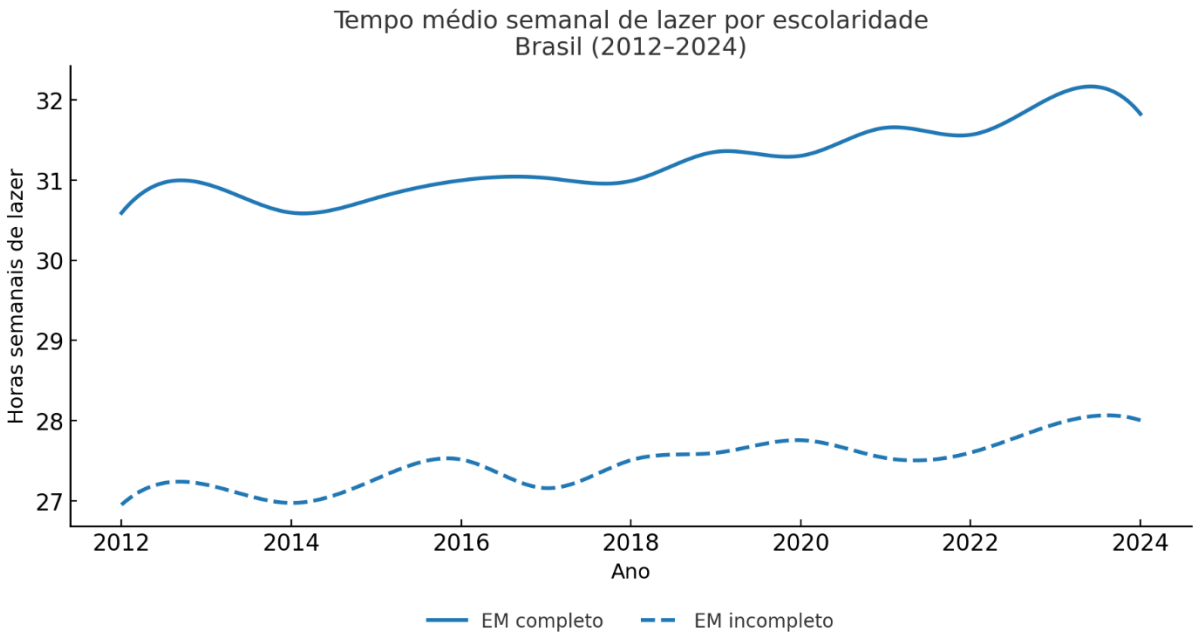
GRÁFICO 4 - Tempo médio semanal de lazer por nível de escolaridade e gênero – Brasil (2012–2024)



Fonte: Elaboração Própria

Adicionalmente, ao se comparar a média de horas de lazer ao longo do tempo entre indivíduos com ensino médio completo e incompleto, independentemente do sexo, observa-se a manutenção de uma diferença estrutural relevante, com tendência de expansão da lacuna nos anos mais recentes.

GRÁFICO 5 - Tempo de lazer por escolaridade ao longo do tempo (média geral)



Fonte: Elaboração Própria

Esses achados reforçam a relevância do tempo de lazer como variável econômica e social que merece atenção por parte de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. O lazer, entendido como tempo livre disponível após o cumprimento de obrigações produtivas e domésticas, não apenas contribui para o bem-estar individual, mas também reflete o grau de equilíbrio das estruturas de tempo entre diferentes grupos sociais.

A desigualdade no acesso ao lazer se manifesta como uma extensão das desigualdades de renda, de gênero e de escolaridade. Homens, pessoas com maior escolaridade e indivíduos de rendas mais elevadas desfrutam sistematicamente de mais horas semanais de lazer, o que aponta para um fenômeno que vai além da esfera privada. Essa assimetria impõe desafios de natureza estrutural, pois indica que mesmo o tempo não mercantil é regulado por relações socioeconômicas assimétricas. Desse modo, o presente trabalho contribui ao demonstrar, de forma empírica e fundamentada na teoria econômica, que a renda influencia significativamente o tempo de lazer. A interação entre os aspectos econômicos e o uso do tempo deve, portanto, ser considerada de forma mais abrangente em estudos de desenvolvimento humano e formulações de políticas que busquem promover igualdade material e de bem-estar.

As evidências apontam para a necessidade de iniciativas que ampliem o acesso a serviços de cuidado, promovam a redistribuição das tarefas domésticas e valorizem

o tempo livre como componente legítimo da cidadania. A análise do tempo de lazer não deve se limitar a uma variável complementar, mas sim ocupar um lugar central na avaliação da qualidade de vida e da equidade social no Brasil contemporâneo.

6. CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo principal investigar a relação entre o tempo de lazer e a renda no contexto brasileiro, com base em dados da PNAD Contínua e projeções para o período de 2012 a 2024. A partir da hipótese de que o tempo livre não é distribuído de forma homogênea entre os indivíduos, buscou-se compreender como variáveis estruturais — tais como gênero, renda domiciliar per capita e escolaridade — afetam o padrão de alocação do tempo destinado ao lazer. O problema de pesquisa partiu da constatação de que, em sociedades desiguais, o acesso ao tempo livre tende a refletir e reproduzir disparidades econômicas e sociais, afetando o bem-estar de maneira multidimensional.

O arcabouço teórico adotado foi fundamentado nas contribuições clássicas de Becker (1965), que formulou o modelo de alocação intertemporal do tempo a partir da maximização da utilidade sob restrição temporal, e nas extensões empíricas propostas por Aguiar e Hurst (2007), que operacionalizaram a medição do tempo de lazer em séries temporais. Além disso, foram incorporadas as reflexões contemporâneas de Boppart e Ngai (2017), que relacionam o crescimento da renda à demanda por bens intensivos em tempo, como o lazer, e o estudo de Barbosa (2018), cuja adaptação da metodologia residual à PNAD Contínua brasileira foi fundamental para este trabalho. Esses referenciais forneceram tanto o embasamento teórico quanto a inspiração metodológica para a modelagem empírica aplicada.

A metodologia empregada baseou-se no cálculo do tempo de lazer como variável residual, ou seja, a diferença entre o total de horas disponíveis na semana e o somatório do tempo dedicado ao trabalho remunerado, aos afazeres domésticos e ao deslocamento. A escolha por esse método permitiu uma aproximação plausível do conceito de lazer, respeitando os limites da base de dados utilizada. Como os microdados da PNAD Contínua não disponibilizam diretamente variáveis de tempo livre, recorreu-se à projeção de tendências a partir de parâmetros estimados com base em séries históricas e estudo de referência do Ipea. Foram construídos três eixos de

análise: a evolução do tempo de lazer por gênero, a correlação entre renda per capita e lazer médio agregado, e a distribuição do tempo livre por nível de escolaridade.

Os resultados obtidos indicaram, em primeiro lugar, a persistência de desigualdades de gênero no acesso ao lazer, ainda que se observe uma tendência de convergência entre homens e mulheres ao longo da série analisada. Essa convergência é impulsionada pela elevação progressiva do tempo livre das mulheres, sobretudo a partir da segunda metade da década, resultado compatível com a redução do tempo dedicado a tarefas domésticas, conforme apontado por Barbosa (2018). Em segundo lugar, verificou-se uma relação positiva entre renda domiciliar per capita e tempo médio de lazer, sugerindo que o aumento do poder aquisitivo tende a estar associado à ampliação do tempo livre, conforme discutido por Boppart e Ngai (2017). Por fim, os dados indicaram que indivíduos com ensino médio completo desfrutam de maior tempo de lazer em comparação àqueles com escolaridade incompleta, com um diferencial mais acentuado entre as mulheres. Esse resultado reforça a ideia de que a escolaridade atua como fator potencializador da reorganização do tempo, permitindo maior autonomia sobre o uso das horas não remuneradas.

Apesar dos avanços analíticos apresentados, este trabalho apresenta limitações que merecem ser destacadas. A principal delas reside na própria natureza da metodologia residual adotada para estimar o tempo de lazer. Embora amplamente utilizada na literatura, essa abordagem pressupõe que todas as atividades obrigatórias — como trabalho e afazeres domésticos — sejam corretamente mensuradas e descontadas, o que pode não capturar integralmente as interseções entre tempo produtivo e tempo livre, especialmente em contextos informais ou de sobreposição de funções, como no caso do cuidado simultâneo a crianças durante atividades domésticas. Assim, embora útil para mensurações agregadas, essa metodologia tende a abstrair as nuances qualitativas e subjetivas do uso do tempo.

Outra limitação relevante é a ausência de indicadores subjetivos de bem-estar ou satisfação com o tempo disponível, que poderiam qualificar a análise do lazer não apenas em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos. O lazer, enquanto bem de consumo e de produção, envolve dimensões simbólicas, afetivas e relacionais que não estão plenamente capturadas nas medidas horárias. Por fim, destaca-se que, apesar de ser possível estabelecer correlações robustas entre renda, escolaridade e tempo de lazer, não se deve inferir causalidade direta a partir dos

modelos utilizados, dada a natureza descritiva e projetiva da abordagem empírica adotada.

Ainda assim, os achados deste trabalho fornecem subsídios relevantes para a compreensão da distribuição do tempo de lazer no Brasil contemporâneo. Ao evidenciar que o lazer permanece estruturado por desigualdades de classe, gênero e escolaridade, os resultados sugerem que políticas públicas voltadas à ampliação da escolaridade, à valorização do tempo não remunerado e à redistribuição das tarefas domésticas podem desempenhar papel importante na promoção do bem-estar e da equidade intertemporal. O lazer, enquanto expressão da liberdade individual e da cidadania social, merece ser reconhecido como componente legítimo da agenda de desenvolvimento humano

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.; HURST, E. Measuring trends in leisure: the allocation of time over five decades. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 122, n. 3, p. 969-1006, 2007.

BECKER, G. S. A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, v. 75, n. 299, p. 493-517, 1965.

BOPPART, T.; NGAI, L. R. Rising inequality and trends in leisure. *Econometrica*, v. 85, n. 1, p. 123-154, 2017.

HAMERMESH, D. S.; PFANN, G. A. Time-use data in economics. *European Economic Review*, v. 49, n. 1, p. 1-7, 2005.

IPEA. Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília: IPEA, 2015.

KURODA, S. Do Japanese work shorter hours than before? Measuring trends in market work and leisure using 1976-2006 Japanese time-use survey. *Journal of the Japanese and International Economies*, v. 24, n. 4, p. 481-502, 2010.